



Revista de Administração da Unimep

E-ISSN: 1679-5350

gzograzian@unimep.br

Universidade Metodista de Piracicaba
Brasil

Carvalho De Benedicto, Samuel; Carvalho de Benedicto, Gideon; Nogueira de Andrade, Gustavo
Henrique; Maciel Stieg, Carlos
AS CONTRIBUIÇÕES DA FILOSOFIA DA CIÊNCIA E DA EPISTEMOLOGIA INTER-REGIONAL AO
CAMPO DA ADMINISTRAÇÃO E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS
Revista de Administração da Unimep, vol. 10, núm. 1, 2012, pp. 29-54
Universidade Metodista de Piracicaba
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273723618002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

**AS CONTRIBUIÇÕES DA FILOSOFIA DA CIÊNCIA E DA EPISTEMOLOGIA
INTER-REGIONAL AO CAMPO DA ADMINISTRAÇÃO E ESTUDOS
ORGANIZACIONAIS**

***THE CONTRIBUTIONS OF PHILOSOPHY OF SCIENCE AND INTER-REGIONAL
EPISTEMOLOGY TO THE FIELD ADMINISTRATION AND ORGANIZATIONAL
STUDIES.***

Samuel Carvalho De Benedicto (UFLA) *sdebenedicto@bol.com.br*

Gideon Carvalho de Benedicto (UFLA) *gideon.benedicto@gmail.com*

Gustavo Henrique Nogueira de Andrade (UFLA) *nogueiradeandrade@yahoo.com.br*

Carlos Maciel Stieg (FADMINAS) *cstiege@bol.com.br*

Endereço Eletrônico deste artigo: <http://www.raunimep.com.br/ojs/index.php/regen/editor/submission/293>

Resumo: Este estudo analisa as contribuições da filosofia da ciência e da epistemologia inter-regional para a produção do conhecimento científico no campo da administração e estudos organizacionais. Partiu-se do pressuposto que a visão axiológica, ontológica e epistemológica do pesquisador resultam em diferentes paradigmas de pesquisa, os quais são as bases de uma “verdade não absoluta”, pois a ciência admite a possibilidade de erro e a necessidade de perpétua disposição de rever as ideias. Desse modo, não existem teorias capazes de explicar todos os fenômenos administrativos e organizacionais. O estudo enfatiza que a própria gênese da epistemologia organizacional é de natureza interdisciplinar e inter-regional, exatamente pela inexistência de teorias e metodologias próprias do campo, que pudessem explicar a complexidade dos fenômenos organizacionais. Dessa forma, tanto a epistemologia organizacional quanto a ciência organizacional emergiram e se encontram num processo de consolidação num contexto de hibridação e interdisciplinaridade, congregando simultaneamente vários outros campos de conhecimento e múltiplas abordagens. Disso decorre que as teorias concernentes aos estudos administrativos e organizacionais são frágeis e permanecem sujeitas a um aperfeiçoamento constante ou substituição. A realidade está sempre em mudança e não se pode congelá-la num modelo único. Assim, no campo dos estudos de administração e organizações, deve-se aceitar a ideia da necessidade de constante transformação, aperfeiçoamento e ampliação do conhecimento.

Palavras-Chave: Conhecimento Científico, Estudos organizacionais, Filosofia da Ciência, Epistemologia, Epistemologia inter-regional.

Abstract: This work investigates the contributions of philosophy and epistemology inter-regional to the contribution of scientific knowledge in the field of administration and organizational studies. It was started from the pre-supposed that the axiological, ontological and epistemological view of the researcher result into different research paradigms, which are the bases of a “non-absolute truth”, for science admits the possibility of mistake and the need for perpetual disposition to review the ideas. Thus, there no theories capable of explain all the administrative and organizational phenomena. The study stresses that the genesis itself of organizational epistemology is of interdisciplinary and inter-regional nature, exactly by the inexistence of theories and methodology proper to the field, which were capable to explain the complexity of the organizational phenomena. In that way, both the organizational epistemology and the organizational science emerged and are in a consolidation process in a

context of hybridization and interdisciplinarity, joining simultaneously together several other fields of knowledge and multiple approaches. From that results that theories concerning the administrative and organizational studies are fallible and remain subject to either improvement or replacement. Reality is always changing and one cannot freeze it into a single model. So, in the field of the studies of administration and organization, one should accept the need for ongoing transformation, bettering and broadening of knowledge.

Key-words: Scientific knowledge, organizational studies, Philosophy of Science, Epistemology, Inter-regional.

Artigo recebido em: 25/08/2010

Artigo aprovado em: 06/10/2011

1. Introdução

Nos últimos anos, o desenvolvimento e a consolidação da administração como uma área de conhecimento com características próprias têm levado a muitas reflexões sobre a qualidade da produção científica no campo. De um modo geral, elas se dividem em duas linhas: as das discussões centradas nos aspectos epistemológicos e aquelas cuja ênfase recai sobre a adoção de critérios de qualidade e consistência da produção em administração (LOPES; BERNARDES, 2001).

Mesmo centrando suas atenções em diferentes aspectos, as reflexões sobre a administração e estudos organizacionais ainda hoje, muitas vezes, refletem o resultado de pesquisas fragmentadas e modelos e abordagens mutuamente excludentes (HATCHUEL, 2005). E talvez, o maior agravante é que, muitas vezes, esses resultados são divulgados como se formassem um corpo teórico homogêneo, “tipos ideais” e leis gerais acerca dos processos sociais, possíveis de serem aplicados em todas as circunstâncias do cotidiano administrativo e organizacional.

Na visão de diversos autores, as ciências sociais, particularmente os estudos da administração e organizações, ainda se encontram em um processo de discussão e consolidação. Esta é uma área que ainda luta para atingir o mesmo *status* científico atribuído à sociologia, psicologia, ciência política, economia, biologia, física, entre outras (BEARD; VAN FLEET, 2003; DAVIS; MARQUIS, 2005; KARAMI; et al., 2006).

Entretanto, a pesquisa no campo da administração e organizações está sofrendo uma metamorfose nos últimos anos. Avanços consideráveis estão ocorrendo nesta área, com resultados animadores. Isso demonstra que as pesquisas neste campo está seguindo um curso normal, já trilhado por outras áreas do conhecimento (LIMA, 2008; PETTIGREW; et al., 2001).

As discussões sobre os estudos de administração e organizações são bastante pertinentes. A relevância da discussão sobre referências epistemológicas e a posição teórico-metodológica adotada em uma pesquisa pode ser constatada pela importância que grandes pesquisadores, estrangeiros e nacionais, dão ao tema com a produção de inúmeros artigos sobre o assunto. Estes estudos são fundamentais para os resultados e para a credibilidade da pesquisa (BERTERO; et al., 1999; LIMA, 2008; LOPES; BERNARDES, 2001).

Dentre os problemas a serem superados nos estudos de administração e organizações, Beard e Van Fleet (2003) e Câmara (2004) apontam o fosso formado ao longo dos séculos entre as ciências naturais e as ciências sociais. Este fosso traz após si uma gama de assuntos controversos, tais como: método indutivo x método dedutivo; objetividade x subjetividade; observação x experimentação; método quantitativo x método qualitativo; empiricismo; critérios de cientificidade; dentre outros.

Partindo destas considerações, este estudo tem como objetivo precípua analisar as contribuições possíveis da filosofia e história da ciência para a produção do conhecimento científico no campo da administração e estudos organizacionais. Este objetivo se encontra ancorado na posição de vários autores (a exemplo de BARBIERI, 2006; BEARD; VAN FLEET, 2003) que afirmam ser a filosofia e história da ciência campos a serem explorados na tentativa de auxiliar os estudos em administração e organizações na superação de suas próprias contradições.

Nesse sentido Barbieri (2006) e Bryman (2007, 2008) afirmam que a filosofia da ciência, preocupada com a questão de como se dá o aprendizado científico e a evolução do conhecimento, pode ser utilizada para estudar a realidade organizacional e, portanto, fornecer elementos para a elaboração de importantes teorias que contribuam para resolver muitos dos problemas do cotidiano administrativo e organizacional. De acordo com os autores, a compreensão da complexidade organizacional naturalmente sugere o uso da filosofia da ciência.

O trabalho se encontra estruturado em duas etapas principais. Na primeira etapa são apresentadas as contribuições dos diversos pressupostos filosóficos para a estruturação do método científico no contexto das ciências sociais e, particularmente nos estudos de administração e organizações. Na sequência são analisados alguns elementos subjacentes e condicionantes da ciência organizacional, a qual se encontra ainda em processo de consolidação. Finalmente, são tecidas algumas considerações de caráter conclusivo e novos estudos de aprofundamento são propostos.

2. Pressupostos filosóficos na estruturação do conhecimento e do método científico

O método científico surgiu a partir de um conjunto de técnicas para investigar fenômenos e para a construção de novos conhecimentos, bem como para corrigir e integrar conhecimentos prévios em bases mais amplas. Entretanto, a práxis científica se encontra ancorada em diversos pressupostos de natureza filosófica, os quais, muitas vezes, não são tão evidentes ao pesquisador organizacional.

Os contornos de uma pesquisa se encontram relacionados a determinados pressupostos sobre a realidade, assim como sobre a forma como o conhecimento humano é construído. É essencial procurar definir claramente quais são os fundamentos da abordagem e a estrutura escolhidas, para que se possa avaliar a consistência e a coerência do desenho, do processo de pesquisa e seus resultados (SACCOL, 2005).

Dentre os pressupostos filosóficos que contribuem para estabelecer os fundamentos e contornos de uma pesquisa de natureza administrativa e organizacional, destacam-se a metafísica, a ontologia, a axiologia, a gnosiologia, a epistemologia, empirismo, positivismo, dentre outros. Assim, torna-se necessário evidenciá-los, ainda que de forma pontual, como subsídio didático ao pesquisador organizacional.

A metafísica (*do grego meta + physis, além da física*) é um ramo da filosofia que estuda a essência do mundo, ou seja, é o estudo do ser ou da realidade. Por meio da ontologia (seu ramo central), a metafísica se ocupa em procurar responder perguntas tais como: O que é real (realismo)? O que é natural (naturalismo)? O que é sobre-natural (milagre)? Tenta esclarecer as noções de como as pessoas entendem o mundo, incluindo a existência e a natureza do relacionamento entre objetos e suas propriedades, espaço, tempo, causalidade e possibilidade. (BACKBURN, 1997; LALANDE, 1999).

Assim, a ontologia (do grego *ontos + logos*, conhecimento do ser) é a parte da filosofia que trata da natureza do ser, da realidade, compreensão sobre como as coisas são. A ontologia tem por objetivo o estudo crítico da realidade (BACKBURN, 1997; LALANDE, 1999). Uma ontologia serve como base para a delimitação de um problema de pesquisa, assim como ajuda a definir a epistemologia e o método de investigação a ser adotado. Assim, a posição ontológica adotada pelo pesquisador define a forma como ele percebe o mundo e os fenômenos (físicos ou sociais) que está investigando (CROTTY, 1998; KALLINIKOS, 2004).

Existem basicamente duas visões ontológicas em oposição: uma visão realista e uma visão idealista sobre a realidade. A ontologia realista pressupõe que existe um mundo lá fora,

independentemente das percepções e construções mentais que se possa ter a respeito dele. Nesta concepção, o mundo físico, objetivo é a realidade primária. Já a ontologia idealista parte do princípio que um objeto ou entidade só passa a existir na medida em que é percebido por um observador, em uma construção mental. Ela está relacionada ao mundo das ideias e à existência de um ego, um ser pensante a partir do qual as coisas existem. Nessa concepção, os pensamentos e sentimentos são a realidade primária (DREYFUS, 1994; SACCOL, 2005; SEARLE, 1995).

Entretanto, entre esses dois extremos há outras ontologias. Por exemplo, pode-se considerar que a realidade social é produto da negociação e compartilhamento de significados entre as pessoas, isto é, ela resulta de uma construção social - essa é a ontologia adotada pelo Interpretativismo (CROTTY, 1998). De forma semelhante, a fenomenologia hermenêutica proposta por Heidegger rejeita uma ontologia puramente realista ou puramente idealista (cuja visão defende um mundo no qual sujeitos e objetos não existem de forma independente). Heidegger propõe uma ontologia fundamental em que a existência humana está interligada ao mundo ao seu redor e vice-versa (DREYFUS, 1994; WATTS, 2001). Esse é o sentido de “*being-in-the-world*”. Portanto, o posicionamento ontológico adotado pelo pesquisador depende, em grande medida, de sua forma de ver a realidade. Mas, indubitavelmente, isto se encontra associado aos pressupostos axiológicos do pesquisador e do objeto humano de pesquisa.

Etimologicamente, a axiologia (do grego *axis* = precioso, valioso + *logos* = estudo, tratado) significa “teoria do valor”, “estudo do valor” ou “ciência do valor” (LALANDE, 1999). Além dos aspectos ontológicos, o pesquisador organizacional, muitas vezes, se encontra preso aos aspectos axiológicos de sua pesquisa e da realidade a ser pesquisada. Autores como Boyatzis e Skelly (1995) enfatizam que qualquer pesquisa de natureza administrativa e organizacional estará sempre sujeita às axiologias ou valores do próprio pesquisador, as axiologias comportamentais individuais e grupais. De acordo com os autores, quando uma pesquisa organizacional deixa de levar em conta as prioridades axiológicas dos sujeitos humanos envolvidos no estudo bem como as axiologias organizacionais, tal investigação poderá ficar comprometida em sua essência. Entretanto, qualquer estudo de administração e organizações deve estar preocupado com a sua validade, ou seja, com seus aspectos gnosiológicos.

A gnosiologia, também denominada gnoseologia (do grego *gnosio* + *logos*, filosofia geral do conhecimento) é o ramo da filosofia que se preocupa com a validade do

conhecimento em função do sujeito cognoscente, ou seja, daquele que conhece o objeto. Este (o objeto), por sua vez, é questionado pela ontologia (ABBAGNANO, 2000). A gnosiologia ou Filosofia do Conhecimento, estuda a capacidade humana de conhecer.

O conhecimento científico depende essencialmente do sujeito cognoscente, pois ele estabelecerá a relação entre o conhecimento cumulativo, no âmbito universal, e o seu próprio conhecimento de mundo, possuindo capacidade de assimilação e reflexão próprias, características que permitem recortes e vínculos específicos e únicos. Conforme delineado na figura 1, esse conhecimento produzido pelo sujeito cognoscente (estudioso do objeto) deve ser disseminado, contribuindo para o desenvolvimento e progresso da sociedade.

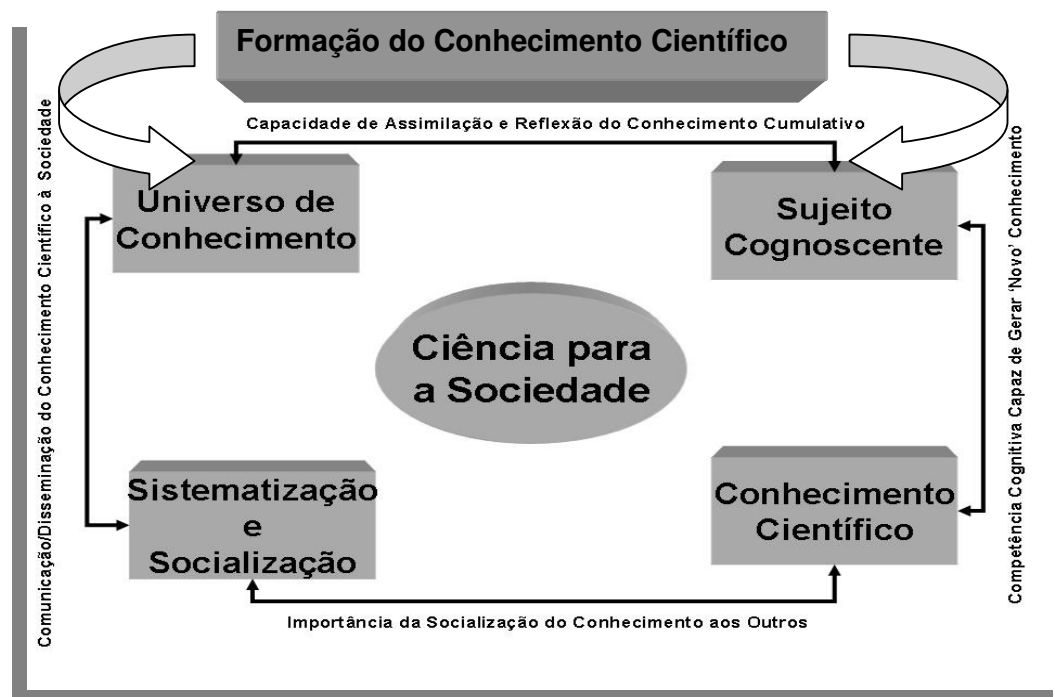


Figura 1: Produção e disseminação do conhecimento científico

Fonte: Elaborada pelos autores, com base nos argumentos de Bryman e Cassell (2006) e Morin (2003).

Brabo (2007) afirma que numa visão sistematizada, a gnosiologia divide-se em: (i) lógica – filosofia da forma e método do conhecimento; (ii) crítica – filosofia da possibilidade, origem, essência e valor do conhecimento e: (iii) epistemologia – filosofia da ciência e conhecimento científico.

A epistemologia (do grego *episteme* + *logos*, teoria do conhecimento) é o ramo da filosofia interessado na investigação da natureza, fontes e validade do conhecimento.

Brabo (2007) e Hessen (2000) defendem que a teoria do conhecimento tem por objetivo buscar a origem, a natureza, o valor e os limites do conhecimento, da faculdade de conhecer. O valor do conhecimento relaciona-se com a busca da verdade. A inteligência

humana tende a fixar-se na verdade conhecida. Metodologicamente, há primeiramente o conhecimento, depois a verdade, e finalmente a certeza. Entretanto, essa verdade não é absoluta.

Nesse contexto, Grayling (1996) afirma que a epistemologia opõe a crença ou opinião (do grego “*doxa*”) ao conhecimento (do grego “*episteme*”). A crença é um determinado ponto de vista apenas subjetivo. O conhecimento é crença justificada. A epistemologia também estuda a evidência (no sentido forense de prova), isto é, os critérios de reconhecimento da “verdade”. Ante a questão da possibilidade do conhecimento, o sujeito pode tomar diferentes atitudes:

- ✓ **Dogmatismo:** atitude filosófica defendida por Descartes, segundo a qual se pode adquirir conhecimentos seguros e universais, e ter absoluta certeza disso. O dogmatismo possui uma relação direta com o positivismo.
- ✓ **Ceticismo:** atitude filosófica (defendida por Pirro de Ellis) oposta ao dogmatismo, a qual duvida de que seja possível um conhecimento firme e seguro, sempre questionando e pondo à prova as ditas verdades.
- ✓ **Relativismo:** atitude filosófica defendida pelos sofistas que nega a existência de uma verdade absoluta e defende a ideia de que cada indivíduo possui sua própria verdade, adquirida em função do seu contexto histórico.
- ✓ **Perspectivismo:** atitude filosófica defendida por Nietzsche, segundo a qual existe uma “verdade absoluta”, mas pensa que nenhum ser humano pode alcançar a sua totalidade. Cada ser humano tem uma visão da verdade, geralmente, pautada em sua ontologia e axiologia particular.

Partindo das atitudes supra-citadas, no contexto das ciências sociais e dos estudos organizacionais surgiram três grandes linhas de pensamento para explicar a epistemologia, ou seja, a forma pela qual se acredita que o conhecimento é gerado: o objetivismo, o subjetivismo e o construtivismo (BURREL; MORGAN, 1979; CROTTY, 1998; KALLINIKOS, 2004).

De acordo com os autores, uma epistemologia objetivista pressupõe que os significados sobre todos os objetos e entidades existem independentemente de operações mentais. Há um significado objetivo em tudo o que existe, e este significado sempre esteve à espera de uma descoberta. Esses significados e o conhecimento podem ser transmitidos de

forma objetiva. Verifica-se, portanto, uma relação estreita da epistemologia objetivista com o positivismo comtiano.

O positivismo ou comtismo (cujo precursor foi o francês Augusto Comte – 1789-1857) é uma corrente sociológica que orienta a existência humana a partir de valores antimetafísicos e antiteológicos pregados pela filosofia de sua época. Para Comte, somente são admissíveis e válidos os conhecimentos baseados em fatos e dados da experiência. Dessa forma, a ciência não poderia atribuir nenhuma subjetividade à realidade, à verdade e aos valores (SANTOS, 2005). Por sua vez, o positivismo se constitui o fundamento dos critérios de cientificidade, passando pelo empirismo.

Entretanto, a revolução científica do século XVII marca a autonomia da ciência, a partir do momento que ela busca seu próprio método desligado da reflexão filosófica. A ciência, que agora é um conjunto de conhecimentos metodicamente adquiridos e sistematicamente organizados, com um objeto de estudo determinado e uma finalidade específica, passa a interpretar a realidade de variadas formas. Daí surgem as epistemologias subjetivista e construtivista.

A epistemologia subjetivista pressupõe que significados são impostos sobre os objetos por parte dos sujeitos, dos seres pensantes. Assim, significados são resultados das construções mentais, sonhos, ou mesmo arquétipos que provém do subconsciente coletivo. Dentro dessa lógica, as características dos objetos em si não são importantes, pois é possível atribuir a eles qualquer significado que seja mentalmente elaborado.

Já uma epistemologia construtivista rejeita tal visão. De acordo com a visão construtivista, não existe uma realidade objetiva esperando por ser descoberta. Verdades e significados só passam a existir a partir do engajamento humano com o mundo. Significados não são descobertos, mas construídos. Um significado não nasce puramente de uma construção mental, mas é resultado de uma interação entre processos mentais e as características de um objeto. Assim, a criação de significado pressupõe intencionalidade, isto é, uma consciência que se volta a um objeto, e a partir da interação entre o sujeito e o objeto é que se constrói um significado. A partir daí surge o construtivismo social (SANTOS, 2005) o qual pressupõe que essa construção de significado ocorre por meio dos processos de interação social e da intersubjetividade.

Verifica-se, portanto, que da dicotomia objetividade/subjetividade, objeto/sujeito e aparência/realidade nasceram inúmeras correntes de pensamento, tais como o positivismo lógico, empirismo, filosofia analítica, nominalismo, fenomenologia e existencialismo, dentre

outros (MCKELVEY, 1999; PECI, 2005). Assim, diferentes formas de axiologia, ontologia e de epistemologia irão resultar em diferentes paradigmas de pesquisa, os quais são abordados no próximo tópico.

Neste contexto abordado, um conceito central na ciência e no método científico é que toda evidência deve ser *empírica*, ou seja, depende da comprovação feita pelos sentidos. Nas ciências sociais e humanas, geralmente, são empregados termos como *método empírico* ou *pesquisa empírica* (numa concepção diferente do empirismo filosófico), para denominar métodos de pesquisa que são realizados por meio da observação e da experiência. Assim, a palavra pode ser usada nas ciências sociais e humanas como sinônimo de “experimental”. Nesse sentido, um resultado empírico é uma observação experimental (GRAYLING, 1996).

O empirismo (do latim *experientia* e do grego *empeirikós*, experiência) derivou-se da palavra *empírico*. Na filosofia, o empirismo baseia-se na crença de que a formação de ideias e o conhecimento se origina unicamente pela experiência prática. Na ciência, o empirismo é normalmente utilizado quando se fala no método científico tradicional (que é originário do empirismo filosófico), o qual defende que as teorias científicas devem ser baseadas na observação do mundo, em vez da intuição ou fé.

Entretanto, é notório mencionar que, independente da axiologia, ontologia e epistemologia adotadas, há sempre intencionalidade na ação de produzir o conhecimento. Assim, o que importa na experiência é a luz que ela traz sobre o pensamento, não o fato de achar ou comprovar uma “verdade absoluta”, principalmente porque o mesmo fato será diferente conforme o observador/analista o veja de uma ou outra forma (FEYERABEND, 1989; 1991; MORGAN, 1983; SANTOS, 2005).

Nesse sentido, Popper (1972) e Santos (2005) afirmam que o homem carrega preconceitos na observação da realidade. Assim, não há observação pura. A realidade depende dos interesses do observador e de seu ponto de vista, de suas próprias ideias. O princípio de explicação da ciência clássica, que ainda reina nos dias atuais, baseia seu postulado de objetividade na eliminação do observador da observação, do sujeito do conhecimento científico.

Para Bachelard (1996, p. 259) “uma descoberta objetiva é imediatamente uma retificação subjetiva. Se o objeto me instrui, também me modifica”. Assim, “a objetividade (...) não é um reflexo da realidade. É uma construção da mente, uma construção que permite responder a certas perguntas que fazemos ao mundo, à realidade”.

Disso decorre que as teorias concernentes aos estudos administrativos e organizacionais são falíveis e permanecem sujeitas a um aperfeiçoamento ou substituição. Nesse sentido, Chalmers (1994, p. 29) afirma que “a medida em que as teorias dizem algo sobre o mundo, elas devem ser aferidas em confronto com ele”. Mas a ciência não é fonte de certezas. Ela admite a possibilidade de erro e a necessidade de perpétua disposição de rever as ideias. A ciência é uma construção humana e, por isto mesmo, traz os acertos e os fracassos próprios do ser humano. A realidade está sempre em mudança e não se pode congelá-la num modelo único (HAIR, 2007; SAUNDERS; et al., 2007). Feyerabend (1988) corrobora com essa ideia ao afirmar que as normas do discurso científico não são imutáveis nem universais.

A despeito de que ao longo dos séculos a ciência tem por objetivo estabelecer generalizações aplicáveis ao mundo, atualmente, é importante saber que essas generalizações científicas não podem ser estabelecidas a priori. Assim, torna-se necessário substituir teorias, métodos ou hipóteses por outras mais coerentes dentro de sua época histórica e/ou científica para explicar os fenômenos organizacionais. Não existem teorias capazes de explicar todos os fenômenos administrativos e organizacionais (DAVIS; MARQUIS, 2005; HATCHUEL, 2005). Assim, no campo dos estudos de administração e organizações, deve-se aceitar a ideia da necessidade de constante transformação, aperfeiçoamento e ampliação do conhecimento.

3. Natureza e o desenvolvimento da ciência organizacional

Para compreender a natureza da ciência organizacional, é necessário partir da epistemologia, ou seja, o estudo da teoria do conhecimento. Também é necessário analisar as inter-relações das diferentes perspectivas epistemológicas que constituem as ciências sociais.

O termo epistemologia (do grego *episteme*, conhecimento ou ciência e *logos*, linguagem, discurso, julgamento ou estudo científico) aparece, pela primeira vez, na edição de 1906 na Larousse ilustrada. Assim, numa acepção mais geral, a epistemologia teria como objeto o conhecimento científico, seus pressupostos, seus conceitos e seus métodos. Seu objetivo seria a reflexão sobre as ciências em articulação com outras disciplinas: a filosofia do conhecimento; a filosofia das ciências; a lógica; a história das ciências; e a sociologia do conhecimento (EVANS, 2007; POPELARD; VERNANT, 1997).

Entretanto, há uma distinção na compreensão do termo “epistemologia”. Os estudos epistemológicos anglófonos (de origem inglesa) empregam o termo “epistemologia”, em geral, como sinônimo de “teoria do conhecimento”. Por outro lado, os estudos francófonos (de origem francesa) compreendem o termo com um sentido mais estrito, utilizando-o,

unicamente, para qualificar a reflexão sobre o conhecimento especificamente científico, reservando a expressão “teoria do conhecimento” ao estudo do conhecimento em geral - científico e não-científico (EVANS, 2007; POPELARD; VERNANT, 1997).

Diante disso, torna-se inevitável interrogar: Trata-se, então, de apenas uma epistemologia ou de epistemologias? Diversos autores (dentre eles, DASCAL, 1995; JAPIASSU, 1981; POPELARD; VERNANT, 1997; QUEIROZ, 2004) reconhecem a diversidade relativa de abordagens, mas identificam duas características que definem um estudo epistemológico: (i) a reflexão sobre as ciências, aparecendo como uma meta disciplina, e; (ii) a análise crítica do conhecimento, especialmente o conhecimento científico.

Japiassu (1981) afirma que, em geral, os autores defendem três tipos de epistemologia: (i) global ou geral, caracterizando o interesse por uma ciência; (ii) particular ou científica, com foco nos critérios de cientificidade, e; (iii) específica, com foco numa ciência, mantendo relações com outras disciplinas.

Por outro lado, Laudan et al. (1986) defendem a existência de dois tipos de epistemologia: geral e regional. Os autores enfatizam que há um grupo de autores que aceitam a ideia de uma “epistemologia geral”, caracterizando o interesse por uma ciência. Neste caso, a epistemologia trata de interrogar o conceito de ciência, a natureza dos métodos científicos e propondo, eventualmente, critérios de cientificidade que permitem, de um lado, demarcar a verdadeira ciência das falsas ciências e, de outro, precisar as especificidades culturais de cada ciência. Outro grupo de autores, defende uma “epistemologia regional”, caracterizando o interesse por algumas das ciências, em particular. Esta epistemologia está focalizada em uma disciplina científica, fornecendo uma caracterização detalhada de seu objeto, de seus conceitos e de seus métodos próprios, analisando e discutindo suas hipóteses fundamentais e avaliando o grau de confiabilidade de seus resultados.

Os adeptos da epistemologia regional afirmam que a epistemologia geral se encontra desacreditada. Esta é acusada de tomar como objeto uma pura abstração (a ciência singular), sendo apresentada como um amontoado de generalidades, inclusive inexatas, do tipo “existe um método científico único, absolutamente confiável”. Costuma ser rotulada de obra de filósofos, com a exploração, às vezes, abusiva da ciência para estabelecer tal ou qual concepção filosófica predominante, levando ao enfraquecimento, do ponto de vista metodológico, uma vez que se recusa a examinar e a considerar os detalhes reais das ciências (QUEIROZ, 2004; SOLER, 2000).

Na visão dos epistemologistas regionais, esta tem por objeto a ciência “tal como se faz”. Para alcançar seus objetivos, desenvolvem estudos minuciosos, apoiados na história da ciência e corrigindo as errôneas conclusões da epistemologia geral. Os mais radicais dos regionalistas recusam toda possibilidade de enunciar generalidades sobre as ciências, sustentando que apenas a epistemologia regional é autêntica.

Conforme previsto por Japiassu (1981), haveria uma oposição cerrada entre os adeptos dessas diferentes abordagens epistemológicas. Nesse sentido, Queiroz (2004) afirma que nas últimas décadas a ambigüidade do discurso epistemológico aumentou motivado por diversas razões. Dentre elas: (i) como reflexo das diferentes interpretações sobre as “lógicas da descoberta científica”; (ii) pelas tentativas de desconstrução do conceito de ciência; (iii) pelas discussões em torno de uma nova teoria em lugar do discurso científico, e; (iv) pela ênfase no “fim do sujeito”, como proposto pelos pós-modernistas/pós-estruturalistas. Assim, sendo prisioneira dessa dupla filiação (geral e regional), a epistemologia teria por função resolver o problema geral das relações entre a Filosofia e as Ciências.

Na década de 1970, o campo epistêmico seria entendido como aquele no qual o conhecimento científico chegou a um grau de objetividade reconhecido que inclui o estudo das teorias, da reflexão epistemológica, da metodologia e das técnicas de investigação (BRUYNE; et al., 1991; DOPPELT, 1990). Com o avanço da complexidade do campo das ciências sociais, as “matrizes disciplinares” mostraram-se insuficientes para organizar e questionar os pressupostos, métodos e conceitos dos conhecimentos científicos produzidos, haja vista as profundas alterações que começaram a emergir, tanto de natureza epistemológica, quanto metodológica, sobretudo estimulada pelo desencanto da comunidade científica frente aos postulados positivistas (CANCLINI, 2003; COSTA, 2002).

Em função das insuficiências teórico-metodológicas desses quadros de referência, colocou-se a necessidade de revisões das principais interpretações epistemológicas que influenciaram as ciências sociais no decorrer do século XX e que trouxeram decisivas contribuições para o conhecimento organizacional. Surgiu, então, uma diversidade de vertentes epistemológicas que passaram a apresentar-se em uma relação de complementaridade interpretativa, com ênfase na interdisciplinaridade.

Diante desse cenário, Piaget (1973) propõe a criação de novos ramos do saber, nascidos, precisamente, da conjunção entre disciplinas vizinhas (com o sentido de complementaridade, de hibridação), mas procurando novos objetivos que pudessem refletir sobre as ciências-mãe, enriquecendo-as. Assim, de acordo com Canclini (2003) e Lynch

(2003), os processos de hibridação se multiplicaram extraordinariamente nas décadas finais do século XX, dando origem a outras abordagens científicas de natureza interdisciplinar, que não se enquadravam nas classificações de epistemologias geral e regional.

Diversos autores afirmam que diante do contexto de hibridação e interdisciplinaridade, surgiram novas contribuições epistemológicas no campo das ciências sociais. Assim, além das epistemologias nos planos geral e regional, desenvolveu-se um novo tipo de epistemologia, a inter-regional. Esta é constituída por diversas abordagens, caracterizadas pela natureza interdisciplinar de suas reflexões epistemológicas e por especificidades em sua “lógica de descoberta”. Alguns exemplos dessas diferentes epistemologias são as abordagens cognitivistas/conexionistas, pós-modernistas/pós-estruturalistas, estruturalistas/construtivistas, positivistas/funcionalistas, retoricista, a teoria crítica e o sistema autopoiese. Em todas essas epistemologias, sobrepõem a vontade de conhecer, intervir e interpretar variados fenômenos que compõem a realidade (NELSON, 2000; POHL, 2000; QUEIROZ, 2004).

Queiroz (2004, p. 46) ressalta que “o processo epistemológico de natureza inter-regional também traz a possibilidade de repercussões negativas no âmago dos saberes constituídos”, podendo gerar a perda total ou parcial da identidade de um determinado campo de saber. Isso porque, as abordagens ao se envolverem simultaneamente com vários outros campos de conhecimento, “instala-se a possibilidade de invasão de conceitos e de ideias absorvidas de outra(s) disciplina(s), contaminando, assim, a disciplina-sujeito da intervenção, desconstituindo parte de sua identidade por desfocalizar seu objeto de análise”.

Pode-se observar que tem havido um crescimento da ênfase em epistemologias inter-regionais, podendo essa expansão ser atribuída à emergência de abordagens de natureza híbrida, surgidas das interseções entre diferentes disciplinas, a exemplo da ergonomia, da ciência cognitiva e da ciência organizacional. Nesse sentido, são observados em autores, como Habermas, Piaget, Foucault, Giddens, a utilização de conhecimentos oriundos de diferentes campos de saber, como o educacional, o sociológico, o econômico e o organizacional, que extrapolam os limites internos de cada uma das suas disciplinas de origem (SCANDURA; WILLIAMS, 2000), o que os torna praticantes de uma epistemologia inter-regional.

O sociólogo Guerreiro Ramos (1981, 1983) também dá suporte a ideia de uma epistemologia inter-regional. Na visão do autor, os estudos da administração e organizações constituem “ciências de integração”. Para o autor, os fatos organizacionais e administrativos são fatos sociais que fazem parte de um mesmo processo em conjunto com diversas

disciplinas das ciências sociais e humanas. Isso justifica as propostas curriculares de Guerreiro Ramos que possuíam matérias de diversas ciências inter-regionais (sociologia, economia, psicologia social, política, antropologia, dentre outras), além das matérias específicas da administração. Segundo o autor, o mesmo evento ou fenômeno poderá ser visto de uma forma distinta do administrador, por um profissional de outra área. Assim, tão importante quanto a aprendizagem de conteúdos peculiares à administração é a compreensão de que a visão social deve fundamentar a atuação do profissional de administração.

Assim, vários termos surgiram no contexto do conhecimento organizacional, tais como: epistemologia organizacional, estudos organizacionais, ciências gerenciais, ciências administrativas, teoria das organizações, ciência das organizações e/ou ciência da organização. Entretanto, alguns autores (a exemplo de CLEGG; HARDY; NORD, 2006) se posicionam contrariamente aos termos “teoria das organizações” e “ciência das organizações”.

A epistemologia organizacional corresponde, então, ao estudo sobre o conhecimento organizacional. Nesse sentido, a epistemologia está preocupada em entender a origem, a natureza, os métodos, a validade desse conhecimento no cotidiano organizacional, tanto nas rotinas e processos internos quanto nas estratégias e relações externas.

Esta epistemologia surge como parte das controvérsias sobre as diferentes explicações para as lógicas das descobertas científicas apresentadas nas teses do racionalismo falsificacionista de Popper, na estrutura das revoluções científicas de Kuhn, na metodologia dos programas de pesquisa de Lakatos, na epistemologia evolucionária de Toulmin, no anarquismo metodológico de Feyerabend, entre outros (MÄKI, 2002; SOLER, 2000).

Essas propostas de conversações adentraram o contexto do conhecimento organizacional e foram mais difundidas no Brasil após a publicação do *Handbook de Estudos Organizacionais*. Esse processo “conversacional” também envolveu sérias discussões metodológicas, contribuindo para a emergência de pluralismo metodológico, acompanhando a tendência atual de parte expressiva dos diversos campos das ciências sociais (QUEIROZ, 2004).

Nesse contexto, diversos autores reconhecem a existência de duas rupturas no âmbito da disciplina administração. A primeira delas constituiu-se na separação entre organização (teoria da organização) e gerencialismo, enquanto a segunda consagrou a separação entre “teoria da organização” e “estudos organizacionais” (KLEIN, 2004; QUEIROZ, 2004). Nessas discussões, surgiram movimentos em busca de convergência de ideias tendo como

foco a organização, que, amparados na interdisciplinaridade, hibridações e na ideia de uma epistemologia inter-regional, tendem a levar ao desenvolvimento e à consolidação da “ciência organizacional”.

A despeito de que vários autores sejam contrários a essa ideia, existe em curso um processo de desenvolvimento e consolidação da “ciência organizacional” (COSTA, 2002; DAVIS; MARQUIS, 2005; HATCHUEL, 2005). Conforme demonstrado na figura 2, essa nova ciência é de natureza interdisciplinar, tendo se constituído como fruto da confluência de conhecimentos sobre os fenômenos organizacionais, os quais foram gerados em diferentes campos de saber e disciplinas.

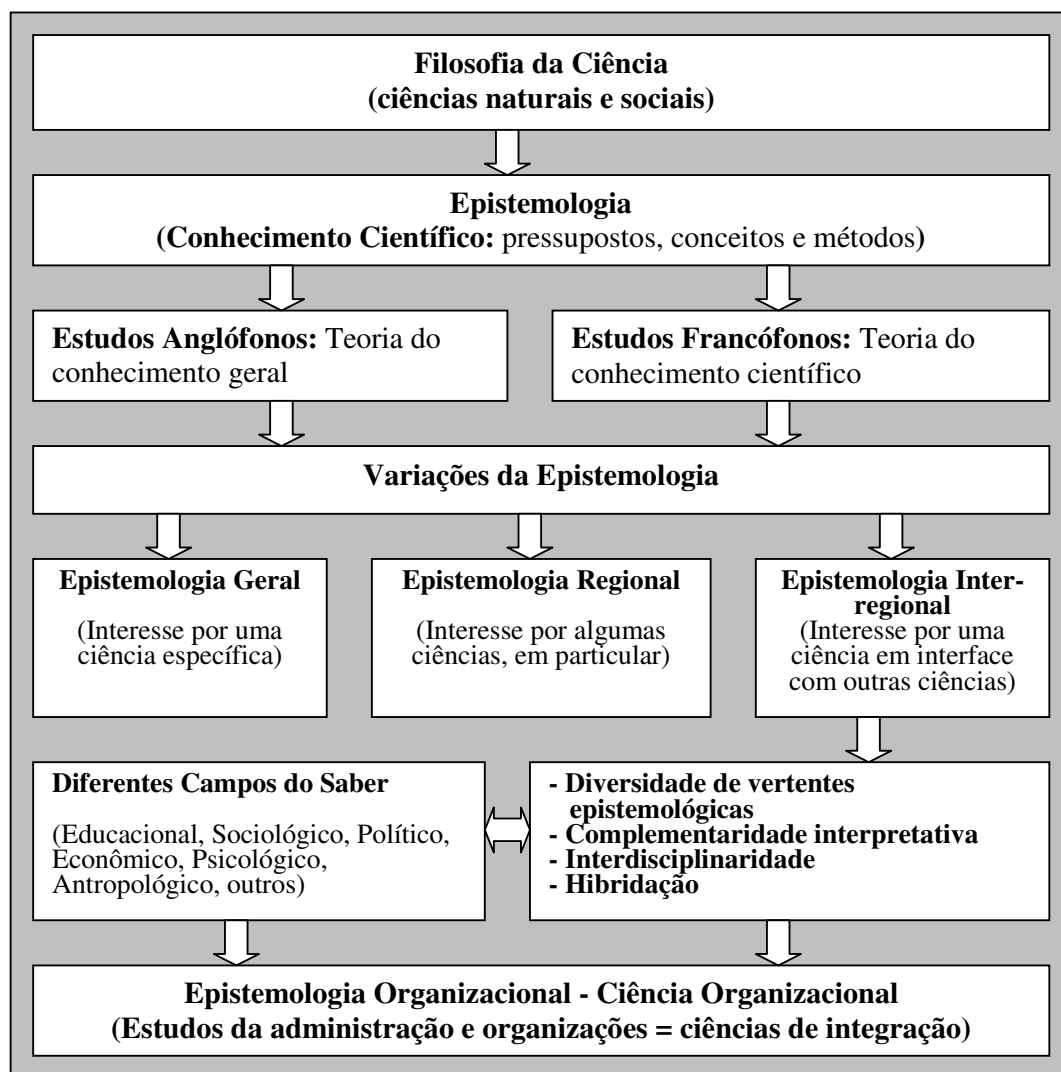


Figura 2: Gênese da ciência organizacional.
Fonte: Elaborada pelos autores.

A figura 2 se constitui um resumo dos argumentos apresentados nos tópicos 2 e 3 deste estudo. Inicia-se apresentando a filosofia da ciência como ponto de partida para a formação de várias epistemologias, sendo a epistemologia inter-regional o foco de interesse destes pesquisadores. Verifica-se nesta figura que na confluência de muitas abordagens opera-se a gênese do conhecimento organizacional, fruto de diferentes interpretações epistemológicas que buscam conhecer e criticar seu objeto, a organização. Afinal, como afirma Hatchuel (2005), a pesquisa em administração só tem sentido em contextos humanos em que a ação coletiva é transformadora e criativa e onde a definição da “verdade” ou o “real” depende de modelos de ação que determinam um processo de conhecer.

Com base nas figuras 1 e 2 e nos conceitos apresentados torna-se possível defender **dois argumentos** fundamentais: o primeiro deles refere-se à importância da inserção da filosofia da ciência nas pesquisas administrativas e organizacionais; o segundo é concernente à defesa da epistemologia inter-regional como a interface necessária para dar sustentação ao campo de estudo.

Partindo do **primeiro argumento**, Faria e Meneghetti (2010, p. 40) afirmam que, ao longo dos últimos séculos, a filosofia passou a ser vista como uma “erudição”, “um conhecimento para indivíduos excêntricos que procuram na teoria explicações oriundas de divagações quase sempre entendidas como caprichos de poucos”. Entretanto, Horkheimer (2000, p. 65) afirma que existe atualmente um consenso em torno da ideia de que “o pensamento filosófico deu origem a um instrumento muito mais poderoso de conhecimento [...], a saber, o moderno pensamento científico” que dá sustentação às áreas do saber.

Ao tratar da importância da filosofia da ciência (e suas variantes) no campo da administração e organizações, Boava e Macedo (2011, p. 480-81) defendem que a filosofia indica qual caminho a ser trilhado; “esclarece sobre aquilo que necessita ser conhecido com clareza”; situa a administração e os estudos organizacionais “perante a imensidão dos fenômenos que lhe ocorrem cotidianamente, para captar suas essências, de modo a compreendê-los profundamente”. Segundo os autores, “uma análise da administração de forma indissociável da filosofia oferece contribuições sobre os fenômenos organizacionais”. Os autores enfatizam que “a filosofia pode, concretamente, modificar o entendimento da realidade humana”. Ela se constitui “um importante meio para auxiliar o trabalho dos cientistas das ciências administrativas, devido ao seu caráter constituinte e deflagrador de novas abordagens”.

Boava e Macedo (2011) afirmam que atualmente já se observa um incremento na utilização dos conceitos e princípios filosóficos nas pesquisas em administração, mas os pesquisadores ainda encontram dificuldade para lidar com este tema. Entretanto, os autores apresentam vários estudos que buscam unir a filosofia da ciência com as pesquisas em administração e organizações. Os principais estudos apontados pelos autores envolvem: marketing interno; recursos humanos; o pensamento e a ação empreendedora; gestão organizacional; comportamento do consumidor. Os autores sugerem que a filosofia da ciência (e suas variantes) seja a base para estudar: poder, gênero, simbolismo, etnia, questões socioambientais (inclusive, as econômicas), sentidos do trabalho, discursos, conhecimento, ética, comunicação e relações, cientificismo, organilogismo, tecnicismo, entre outros. Em suma, na visão dos autores, a filosofia da ciência se apresenta como um meio de desarraigamento das práticas de pesquisa funcionalista-positivista que permeia toda a atividade administrativa.

Como **segundo argumento**, este estudo infere que mediante tantas discussões, o campo da administração e estudos organizacionais deve pautar-se na epistemologia inter-regional, pois esta contempla alguns aspectos essenciais, tais como: (i) no campo filosófico – leva em consideração axiologia, ontologia e epistemologia adotadas pelo pesquisador; (ii) aspectos metodológicos – valoriza os critérios de cientificidade para dar sustentação ao trabalho de pesquisa; (iii) interdisciplinaridade/hibridação – congrega conceitos oriundos de várias áreas de conhecimento que se relacionam com a administração, e; (iv) práticas administrativas e organizacionais – contempla questões relativas ao cotidiano organizacional.

Por fim, pode-se afirmar que o uso da filosofia da ciência e da epistemologia inter-regional como elementos essenciais nas pesquisas em administração e organizações encontra respaldo em diversos autores (a exemplo de BERTERO et al., 1999; CALDAS, 2003; DASKALAKI, 2007; FRANKLIN, 2004; HASSARD; KELEMENN, 2002; LEWIS; GRIMES, 2005). Estes autores apresentam como proposta para superar a dicotomia do campo de estudos o uso de metateorização e interação de paradigmas na construção de um campo mais rico, holístico e contextualizado, que permita melhor compreender os fenômenos organizacionais. Segundo estes autores, a divergência alimenta a criatividade e permite melhor captar o fenômeno organizacional. Isto denota que não se pode reduzir ou aniquilar a importância da filosofia e da epistemologia inter-regional para os estudos em administração e organizações, pois, como visto neste estudo, elas se constituem o “substrato” que lastreia a ciência organizacional.

4. Considerações finais

Este estudo mostra as contribuições da filosofia da ciência para a produção do conhecimento científico no campo da administração e estudos organizacionais. Partiu-se do pressuposto que a filosofia da ciência pudessem clarificar importantes pontos nos estudos em administração e organizações, muitos deles considerados contraditórios e que demandam uma reflexão mais acurada.

Ao longo do estudo foram levantados diversos pontos reflexivos que devem ser alvo de atenção por parte dos pesquisadores da administração e organizações. Evidenciou-se que a axiologia, ontologia e epistemologia irão resultar em diferentes paradigmas de pesquisa. Entretanto, também tornou-se notório que, independente da axiologia, ontologia e epistemologia adotadas, há sempre intencionalidade na ação de produzir o conhecimento. E este conhecimento não se constitui numa “verdade absoluta”, principalmente porque o mesmo fato será diferente conforme o observador/analista. Isto ocorre, dentre outros fatores, porque muitos concebem a realidade como objetiva e outros como subjetiva. Também o homem carrega preconceitos na observação da realidade. Assim, a realidade depende dos interesses do observador e de seu ponto de vista, de suas próprias ideias. Portanto, a ciência não é fonte de certezas. Ela admite a possibilidade de erro e a necessidade de perpétua disposição de rever os conceitos.

Disso decorre que as teorias concernentes aos estudos administrativos e organizacionais são falíveis e permanecem sujeitas a um aperfeiçoamento constante ou substituição. A realidade está sempre em mudança e não se pode congelá-la num modelo único. A ciência vai se transformando, na medida em que vai produzindo transformações na realidade. Desse modo, não existem teorias capazes de explicar todos os fenômenos administrativos e organizacionais. Assim, no campo dos estudos de administração e organizações, deve-se aceitar a necessidade de constante transformação, aperfeiçoamento e ampliação do conhecimento.

Conforme foi analisado, a própria gênese da epistemologia organizacional é de natureza inter-regional, exatamente pela inexistência de teorias e metodologias próprias do campo, que pudessem explicar a complexidade dos fenômenos organizacionais. Desse modo, tanto a epistemologia organizacional quanto a ciência organizacional emergiram e se encontram num processo de consolidação num contexto de hibridação e interdisciplinaridade, congregando simultaneamente vários outros campos de conhecimento e múltiplas abordagens.

Assim, entende-se a epistemologia organizacional como aquele campo que se constitui por interseções de diferentes epistemologias, uma vez que o conhecimento organizacional é, intrinsecamente, de natureza híbrida/interdisciplinar. Portanto, a tarefa atual é de reformulação da teoria das organizações em uma perspectiva interdisciplinar, de pesquisa comparativa e de ampla análise epistemológica. Não se constitui uma medida prudente pensar em sua total desconstrução e sim numa reformulação com foco em pontos considerados irrelevantes ou grandemente contraditórios. Entretanto, essa reformulação deve levar em conta as diversas disciplinas inter-regionais (sociologia, economia, psicologia social, política, antropologia, dentre outras) como defendido por diversos autores. Afinal, muito daquilo que já foi construído é plenamente exequível e consensual.

Por outro lado, torna-se necessário enfatizar que nenhum campo de estudos alcançou a plenitude do conhecimento. Até mesmo as áreas anteriormente mencionadas como tendo alcançado um importante *status* científico (sociologia, psicologia, ciência política, economia, biologia, física, entre outras) necessitam de aperfeiçoamento e superação de suas próprias contradições axiológicas, ontológicas, epistemológicas e metodológicas. Desse modo, as discussões e reformulações vistas no campo dos estudos da administração e organizações fazem parte de um curso normal de uma ciência recente ainda em processo de consolidação e legitimação.

Este é um tema complexo que necessita de reflexões acuradas e contextualizadas. Assim, os autores reconhecem que as considerações feitas neste trabalho tocam apenas a “superfície do iceberg”, não esgotando o tema. São necessários novos estudos com a profundidade e acuidade que o tema merece. Portanto, ainda se busca uma epistemologia que seja considerada adequada para a pesquisa em administração e organizações.

5. Referências bibliográficas

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BACHELARD, G. **La Formation de L'esprit scientifique**: contribution à una psychanalyse dela connaissance objective. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1996.

BACKBURN, S. **Dicionário Oxford de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BARBIERI, F. Filosofia da ciência como ferramenta microeconômica. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 16, n. 3, p. 507-534, Set./Dez. 2006.

BEARD, J. W.; VAN FLEET, D. D. Lessons for Management and Organizational Research From A History of Science. **Journal of Applied Management and Entrepreneurship**, v. 8, n. 4, p.24-35, Oct 2003.

BERTERO, C. O.; et al. Produção científica em administração de empresas: provocações, inovações e contribuições para um debate local. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 147-178. jan./abr. 1999.

BOAVA, D. L. T.; MACEDO, F. M. F. Contribuições da fenomenologia para os estudos organizacionais. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, v.9, n. especial, p. 469-487, July 2011.

BOYATZIS, R.E.; SKELLY, F.R. The impact of changing values on organizational life - The latest update. In: KOLB, D.A.; et al. (Eds.). **The Organizational Behavior reader**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1995. p. 1-17.

BRABO, L. (2007). **Filosofia Sistemática**. Disponível em:
<<http://www.filosofia.catolico.org.br>>. Acesso em: 23 Jan. 2008.

BRUYNE, P.; et al. **A Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais**. 5.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

BRYMAN, A.; CASSELL, C. The researcher interview: A reflexive perspective. **Qualitative Research in Organizations and Management: an international journal**, v. 1, n. 1, p. 41-55, 2006.

BRYMAN, A. **Social Research Methods**. London: Oxford University Press, 2008.

BRYMAN, A. The research question in social research: what is its role?. **International Journal of Social Research Methodology**, v. 10, n. 1, p. 5-20, February 2007.

BURREL, G.; MORGAN, G. **Sociological Paradigms and Organizational Analysis**. London: Heinemann, 1979.

CALDAS, P. M. Contribuição teórica: como assim cara pálida? Fórum desenvolvimento de teoria. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 65-68, jul/set. 2003.

CÂMARA, G. Dos paradigmas da ciência ao conhecimento em construção. **Jornal da Unicamp**: Universidade Estadual de Campinas – 9 a 15 de agosto de 2004.

CANCLINI, N. G.. **Culturas Híbridas**: Estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 2003.

CHALMERS, A. **A fabricação da ciência**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: UNESP, 1994. 185p.

CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W.R. (Org.). **Handbook de Estudos Organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2006. Vol. 2, p.93-117.

COSTA, A.B. **Administração é uma ciência normal**. São Paulo: FEA/USP, 2002.

CROTTY, M. **The Foundations of Social Research**: Meaning and Perspective in the Research Process. London: Sage Publications, 1998.

DASCAL, M. Epistemología, controversias y pragmática. **Isegoria**, v. 12, p. 8-43, 1995.

DASKALAKI, M. **Reflecting on our practice**: revisiting the role of the academic (discourse). Third Organization Studies Summer Workshop, june 2007. Disponível em: <http://www.egosnet.org/jart/prj3/egosnet/data/uploads/OS_2007/W-041.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2012.

DAVIS, G. F.; MARQUIS, C. Prospects for Organization Theory in the Early Twenty-First Century: Institutional fields and mechanisms. **Organization Science**, v. 16, n. 4, p. 332-343, Jul/Aug 2005.

DOPPELT, G. The naturalist conception of methodological standards in science: a critique. **Philosophy of Science**, v. 57, n. 1, p. 1-19, 1990.

DREYFUS, H. L. **Being-in-the-world**. A commentary on Heidegger's Being and Time. 5a. ed. Boston: MIT Press, 1994, 370 p.

EVANS, M. Uma pesquisa recente (2000-2006) em lingüística aplicada e ensino das línguas com referência específica à L2 francês. **Language Teaching**, v. 40, n. 3, p. 211-230, july 2007.

FARIA, J. H.; MENEGHETT, F. K. (Sem) saber e (com) poder nos estudos organizacionais. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p. 38-52, Mar. 2010.

FRANKLIN, P. Problematics in management theory and practice. **Strategic Change**, v. 13, n. 7, p. p. 383-404, Nov. 2004.

FEYEREBAND, P. K. **A tensão essencial**. Porto: Escuta, 1989.

FEYERABEND, P. K. **Límites de la ciencia**. Buenos Aires: Paidós, 1991.

GUERREIRO RAMOS, A. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. Tradução de Mary Cardoso. Rio de Janeiro: FGV, 1981.

GUERREIRO RAMOS, A. **Administração e contexto brasileiro**: esboço de uma teoria geral da administração. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

GRAYLING, A C. **Epistemology**. Cambridge: Blackwell Publishers, 1996.

HACKING, I. **The social construction of what?** Cambridge: Harvard University Press, 1999.

HAIR, J. F.; et al. **Research Methods for Business**. Chichester: John Wiley, 2007.

HATCHUEL, A. Towards an epistemology of collective action: management research as a responsive and actionable discipline. **European Management Review**, v. 2, n. 1, p.36-47, 2005.

HASSARD, J.; KELEMENN, M. Production and consumption in the organizational knowledge: the case of paradigm debate. **Organization**, v. 9, n. 2, p. 331-355, May 2002.

HESSEN, J. **Teoria do Conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HORKHEIMER, M. **Eclipse da razão**. São Paulo: Centauro, 2000.

JAPIASSU, H. **Questões Epistemológicas**. Rio de Janeiro: Imago, 1981.

KALLINIKOS, J. Farewell to Constructivism: Technology and Context-Embedded Action. In: AVGEROU, C.; et al. (Eds.). **The Social Study of Information and Communication Technology**. Oxford: Oxford University Press, 2004. p. 140-161.

KARAMI, A.; et al. Research and Knowledge Building in Management Studies: An Analysis of Methodological Preferences. **International Journal of Management**, v. 23, n. 1, p. 43-53, March 2006.

KLEIN, J. T. Interdisciplinarity and complexity: An evolving relationship. **E:CO, Special Double Issue**, v. 6, n. 1-2, p. 2-10, 2006.

LAUDAN, L.; et al. Scientific change: Philosophical models and historical research. **Synthese**, v. 69, p. 141-223, 1986.

LALANDE, A. **Vocabulário técnico e crítico de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LEWIS, M.W.; GRIMES, A.J. Metatriangulação: a construção de teorias a partir de múltiplos paradigmas. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, n.1, p. 72-91, jan-mar. 2005.

LIMA, J. B. **Tópicos Avançados em Administração**. Lavras/MG: UFLA, 2008. (Notas de aula).

LOPES, H. E. G.; BERNARDES, P. Ampliando a análise da produção científica em administração: o indutivo *versus* o dedutivo. **Economia & gestão**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 92-107, jul./dez. 2001.

LYNCH, W. T. Beyond Cold War Paradigms for Science and Democracy. **Steve Fuller Review**, v. 41, n. 2, p. 365-379, 2003.

MÄKI, U. The one world and the many theories. In: HODGSON, G. M. (Ed.). **A Modern Reader in Institutional and Evolutionary Economics**. Cheltenham / UK: Edward Elgan Publishing, 2002, p. 124-135.

MCKELVEY, B. Complexity Theory in Organization Science: Seizing the Promise or Becoming a Fad?. **Emergence**, v. 1, n. 1, p. 5-32, 1999.

MORGAN, G. **Beyond the method**: Strategies for social research. London: Sage Publications, 1983.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

NELSON, J. Transdisciplinary decision making processes. In: HÄBERLI, R. W.; et al. (Eds.). Transdisciplinarity: Joint problem-solving among science, technology and society. **Workbook I: Dialogue Sessions and Idea Market**. (Vol. 1), Zürich: Haffmans Sachbuch Verlag, pp. 159-63, 2000.

PECI, A. **Discursos e a construção do “real”**: um estudo do processo de formação e institucionalização do campo da biotecnologia. 2005, 233 f. Tese (Doutorado em

Administração)- Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Rio de Janeiro, 2005.

PETIGREW, A. M.; et al. Studying organizational change and development: Challenges for future research. **Academy of Management Journal**, v. 44, n. 4, p. 697-214, Aug 2001.

PIAGET, J. **Problemas gerais da investigação interdisciplinar e mecanismos comuns**. Amadora, PT: Livraria Bertrand, 1973.

POHL, C. Inter and transdisciplinary research methods. In: HÄBERLI, R. W.; et al. (Eds.). *Transdisciplinarity: Joint problem-solving among science, technology and society*. **Workbook I: Dialogue Sessions and Idea Market**. (Vol. 1), Zürich: Haffmans Sachbuch Verlag, pp. 18-19, 2000.

POPELARD, M. D.; VERNANT, D. **Les Grands Courants de la Philosophie des Sciences**. Paris: Edition du Seuil, 1997.

POPPER, K. **Lógica das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1972.

QUEIROZ, N. S. **A ciência organizacional pós-setenta à luz das vertentes institucionalistas da sociologia e da economia**. 2004. 461 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SACCOL, A. I. C. Z. **A teoria da hospitalidade e o processo de adoção de tecnologias da informação móveis e sem fio**. 2005. 311 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2005.

SAUNDERS, M. N. K.; et al. **Research methods for business students**. 4th edition, Harlow: FT Prentice Hall, 2007.

As contribuições da filosofia da ciência e da epistemologia inter-regional ao campo da administração e estudos organizacionais
Samuel Carvalho De Benedicto, Gideon Carvalho de Benedicto, Gustavo Henrique Nogueira de Andrade,
Carlos Maciel Stieg

SCANDURA, T. A.; WILLIAMS, E. A. Research methodology in management: current practices, trends, and implications for future research. **Academy of Management Journal**, v. 43, n. 6, p. 1248-1264, 2000.

SEARLE, J. **The construction of social reality**. London: Penguin, 1995.

SOLER, L. **Introduction à l'epistemologie**. Paris: Ellipses, 2000.

TRAGTENBERG, M. **Burocracia e ideologia**. São Paulo: Ática, 1974.

WATTS, M. **Heidegger: a beginner's guide**. 1a.ed. London: Hodder & Stoughton, 2001.
